

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 524 -- Centro - Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018

CONTRATO Nº 002/2019

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá-MG, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862/0001-80, com sede na Rua Capitão Enéas, 524, Centro, a seguir denominado Instituto de Previdência, neste ato representado pelo Diretor Executivo Elvis Henrique Ruas Rodrigues, e a Empresa AM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 19.645.010/0001-02, situada na Rua Zeca Guida, 1113, 2º Andar, Centro Município de Francisco Sá a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio José Wilson Pereira dos Santos, portador(a) de Cédula de Identidade n. M 16066067, e inscrito(a) no Cadastro da Pessoa Físicas sob o n. 845.139.426-49, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório n. 001/2018, na modalidade Pregão Presencial n. 001/2018, do tipo menor preço, regido pela Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto


Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil e apoio administrativo previdenciário.

Parágrafo Único - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório n. 001/2018, Pregão Presencial n. 001/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do Instituto de Previdência por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do Instituto de Previdência, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao Instituto de Previdência e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O Instituto de Previdência e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O Instituto de Previdência reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O Instituto de Previdência reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VIII. Qualquer tolerância por parte do Instituto de Previdência, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o Instituto de Previdência exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IX. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Instituto de Previdência e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

X. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao Instituto de Previdência, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Instituto de Previdência o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

XI. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo Instituto de Previdência ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após o seu término.

XII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do Instituto de Previdência, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

I. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Prestar diligentemente os serviços objeto da presente licitação, dentro de elevados padrões de qualidade e confiabilidade;
- b) Respeitar aos prazos e demais especificações pertinentes à execução do objeto licitado, para que sejam atendidos os interesses do Instituto de Previdência.

II. O Instituto de Previdência obriga-se a:

- a) Fornecer a estrutura necessária à satisfatória prestação dos serviços;
- b) Pagar pontualmente ao licitante contratado, de acordo com os prazos e condições previstos e conforme a proposta oferecida por este;
- c) Fiscalizar a execução do contrato, através do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá.


CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Execução

I. São condições de execução deste Contrato:

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional devidamente identificado para o comparecimento ao ente. O custo do profissional supra correrá por inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- b) Os serviços relativos ao item 001 (Anexo I) deverão ser prestados na sede do Instituto de Previdência, situado na Rua Capitão Eneás, 524 – Centro – Francisco Sá - MG.

CLÁUSULA QUINTA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

I. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados pela Diretoria do Instituto de Previdência.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

§1º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pelo Instituto de Previdência, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.

§2º - O Instituto de Previdência não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

§3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

I. O valor total do presente contrato é de R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais), referente ao objeto licitado descrito pelo edital do Pregão Presencial 001/2018, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e descritivos abaixo:

<u>Item</u>	<u>Descrição dos serviços</u>	<u>Quant.</u>	<u>Unidade</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor Total</u>
001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E PREVIDENCIÁRIA, COMPREENDENDO ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, FECHAMENTO FINANCEIRO, ENVIO DO SICOM (MÓDULOS ACOMPANHAMENTO MENSAL, FOLHA DE PAGAMENTO, BALANCETE CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS. ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL- PPA, ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ENVIO DO E-SOCIAL, REALIZAÇÃO DE EMPENHOS, LIQUIDAÇÕES, ORDENS DE PAGAMENTO, ORGANIZAÇÃO DAS ESCRITURAÇÕES CONTÁBEIS, ATUAÇÃO NO ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS PARA A IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO DO E-SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A CERTIFICAÇÃO PRÓ GESTÃO CONFORME TERMO DE ADESÃO, SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA ENVOLVENDO A PREVIDENCIA PÚBLICA MUNICIPAL NO QUE DIZ RESPEITO A ELABORAÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO, ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS, ELABORAÇÃO	12	Mês	4.100,00	R\$49.200,00



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, ATENDENDO AOS PRECEITOS LEGAIS ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL E TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS INCLUSIVE ATENDER AS DILIGENCIAS DO TCE MG JUNTO AO FISCAP, E AUXILIO NA REALIZAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.				
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

Parágrafo Único - O preço estabelecido não será reajustado, bem como não incidirá sobre o mesmo qualquer espécie de atualização monetária, salvo determinação legal em contrário.

II. No tocante aos serviços, os respectivos pagamentos serão realizados por processo legal, no dia 10 (dez) de cada mês, após a verificação e comprovação da prestação dos serviços, o que deverá ser atestado pela Diretoria do Instituto de Previdência, órgão responsável pela fiscalização.

III. Deverá ser considerado, para efeitos de pagamento, o valor oferecido pelo licitante contratado na sessão de julgamento da licitação, compatível com os preços praticados no mercado.

IV. O Instituto de Previdência poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento de multas aplicadas a título de penalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Sanções

I. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Instituto de Previdência, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicável quando do descumprimento contratual, no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Instituto de Previdência, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

§2º - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Instituto de Previdência. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – Do Pagamento de Multas e Penalidades



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Instituto de Previdência à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CFC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Instituto de Previdência.

§1º - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o Instituto de Previdência poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Instituto de Previdência por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA – Da Responsabilidade por Danos

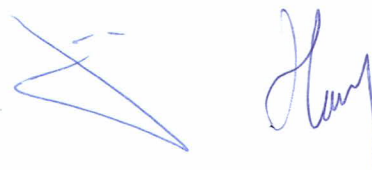
I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao Instituto de Previdência, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Instituto de Previdência, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Instituto de Previdência, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Instituto de Previdência a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do Instituto de Previdência, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Instituto de Previdência a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Instituto de Previdência, nos termos desta cláusula.

§3º - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Instituto de Previdência, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Instituto de Previdência, mediante a adoção das seguintes providências:

a) dedução de créditos da CONTRATADA;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do Instituto de Previdência.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do Instituto de Previdência, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do Instituto de Previdência, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o Instituto de Previdência responderá pelo preço estipulado na Cláusula Sétima, devido em face dos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA – Do Prazo de Vigência

I. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser extinto antes do aludido prazo e admitem as prorrogações legais.

II. O contrato possuirá eficácia perante terceiros após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Ente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 001/2018, Pregão Presencial nº 001/2018, que lhe deu causa, exigindo-se rigorosa obediência ao Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

Dotação: 15.01.01.09.122.0002.2132 – 33903900 – 103 – Ficha: 09



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Eneás, 524 – Centro
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

O extrato deste Contrato será publicado no Diário Oficial do Ente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Francisco Sá, 02 de janeiro de 2019.

Elvis Henrique Rivas Rodrigues
Diretor Executivo – PREVIBREJO
Decreto nº 2911 de 29/12/2016

INSTITUTO MUN. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG
CONTRATANTE

AM
AM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: Thaine Stegane F. Nery
CPF: 120.588.926-40

NOME: Emilio Santos Rivas Rodrigues
CPF: 058.459.746-07